

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Em 11 de junho passado um autocarro de passageiros que circulava na A4, no sentido Amarante-Vila Real, incendiou-se no interior do Túnel do Marão, tendo provocado danos estruturais não negligenciáveis e o seu encerramento à circulação durante uma semana.

Os relatos do incidente então reportados por alguns dos que o vivenciaram no local, levantaram dúvidas sobre a coordenação dos meios de socorro e a eficácia do sistema e do plano de emergência e determinaram a tomada de posições públicas críticas por parte dos agentes políticos, locais e nacionais. O Grupo Parlamentar do PSD requereu de imediato a audição do Presidente das Infraestruturas de Portugal (IP) e do Secretário de Estado das Infraestruturas. E o Governo, pela voz do Secretário de Estado da Administração Interna, anunciou, no dia 12 de junho, a abertura de um inquérito com o objetivo de apurar todos os elementos relativos ao incidente e «avaliar a execução do plano de emergência interno e do plano prévio de intervenção, assim como a articulação entre a entidade gestora do Túnel do Marão e os agentes de proteção civil».

Estranhamente, 6 meses depois do anúncio de abertura deste inquérito, tempo mais do que suficiente e razoável para a sua realização, o País e o Parlamento continuam sem ter qualquer informação sobre as conclusões e as recomendações produzidas no seu âmbito e as eventuais medidas adotadas para colmatar falhas e suprir insuficiências encontradas. Uma situação confirmada pelo Secretário das Infraestruturas que, ouvido ontem, 13 de dezembro, na Comissão Parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas (CEIOP), revelou não ter tido acesso aos resultados do inquérito e nem sequer saber a data prevista para a sua conclusão. Porque a segurança das pessoas é uma prioridade absoluta e a eficácia dos sistemas de segurança e de proteção civil devem merecer uma vigilância acrescida, é essencial que o Parlamento conheça as conclusões do inquérito, bem como todos os passos que foram dados para superar as dificuldades que foram evidenciadas.

Assim, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, abaixo assinados, nos termos legais e regimentais aplicáveis, vêm requerer a V.Exa. .

1. As conclusões e recomendações do inquérito aberto pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Interna no passado mês de junho;
2. No caso de este ainda não se encontrar findo, apesar da sua abertura ter sido publicamente anunciada há seis meses, que seja facultada aos deputados a data exata em que estas conclusões e recomendações do inquérito lhes serão disponibilizadas;
3. Ainda na situação de o inquérito não estar terminado, que sejam fornecidos aos deputados as informações até agora disponíveis, bem como as medidas já aplicadas para evitar situações de perigo iminente como aquela que aqui subjaz.

Palácio de São Bento, 20 de dezembro de 2017

Deputado(a)s

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)  
ANTÓNIO COSTA SILVA(PSD)  
CARLOS ABREU AMORIM(PSD)  
JOEL SÁ(PSD)  
PAULO RIOS DE OLIVEIRA(PSD)  
CRISTÓVÃO CRESPO(PSD)  
FÁTIMA RAMOS(PSD)  
LUÍS CAMPOS FERREIRA(PSD)  
EMÍDIO GUERREIRO(PSD)  
CARLA BARROS(PSD)  
PAULO NEVES(PSD)  
LUÍS PEDRO PIMENTEL(PSD)  
ANTÓNIO TOPA(PSD)  
CARLOS SILVA(PSD)  
FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO(PSD)  
LUÍS VALES(PSD)